

[Handwritten signature]

CADERNO DE ENCARGOS
059-C-BS-2021 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E
EQUIPAMENTO URBANO

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 2. ^a – Duração do contrato.....	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	<i>4</i>
Cláusula 3. ^a - Obrigações da entidade adjudicatária	4
Cláusula 4. ^a – Entrega dos bens	4
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados.....</i>	<i>5</i>
Cláusula 5. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 6. ^a – Proteção de dados	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBÇA	6
Cláusula 7. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 8. ^a – Preço base.....	6
Cláusula 9. ^a - Condições de pagamento	6
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS	7
Cláusula 10. ^a - Penalidades contratuais.....	7
Cláusula 11. ^a – Força Maior	7
CAPÍTULO IV - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS.....	8
Cláusula 12. ^a - Garantia de cumprimento contratual.....	8
Cláusula 13. ^a – Seguros	8
CAPÍTULO V – GESTÃO DO CONTRATO	9
Cláusula 14. ^a – Supervisão e controlo.....	9
Cláusula 15. ^a – Funções do gestor do contrato.....	9
CAPÍTULO VI – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
Cláusula 16. ^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	10
Cláusula 17. ^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	10
CAPÍTULO VII – RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	11
Cláusula 18. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça	11
Cláusula 19. ^a - Resolução por parte do adjudicatário.....	12
Cláusula 20. ^a – Extinção do Contrato	12
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Cláusula 21. ^a - Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 22. ^a Contagem dos prazos	13
Cláusula 23. ^a - Legislação aplicável	13
ANEXO A – CLÁUSULA TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES	14
Cláusula 1. ^a – Características especiais.....	14
Cláusula 2. ^a – Fornecimento contínuo	15
Cláusula 3. ^a – Critérios ambientais	15
Cláusula 4. ^a – LOTE 1 – SUPORTES METÁLICOS COM TAMPAS PARA RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS ...	16
Cláusula 5. ^a – LOTE 2 – PAPELEIRAS COM ESTÉTICA CUIDADA.....	17
Cláusula 6. ^a – LOTE 3 – PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS DE DEJETOS CANINOS (“SANECAN”) E CINZEIROS	18
Cláusula 7. ^a – LOTE 4 – CONTENTORES PARA O LIXO INDIFERENCIADO, PARA A RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS E PARA A RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS.....	19
Cláusula 8. ^a – LOTE 5 – BANCOS E MESAS PIC-NIC	20

CADERNO DE ENCARGOS - 059-C-BS-2021 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

Capítulo I - Disposições gerais

1 – O presente Caderno de Encargos tem por objeto principal **a aquisição de mobiliário e equipamento urbano, em regime de fornecimento faseado**, conforme indicações técnicas definidas no Anexo A deste Caderno de Encargos, tendo em atenção os seguintes lotes:

- LOTE 1 – SUPORTES METÁLICOS COM TAMPAS PARA RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS;
- LOTE 2 – PAPELEIRAS COM ESTÉTICA CUIDADA;
- LOTE 3 – PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS DE DEJETOS CANINOS ("SANECAN") E CINZEIROS;
- LOTE 4 – CONTENTORES PARA O LIXO INDIFERENCIADO, PARA A RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS E PARA A RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS;
- LOTE 5 – BANCOS E MESAS PIC-NIC

2 – Os concorrentes podem apresentar proposta para um ou mais lotes, sendo que terão de apresentar proposta para todos os artigos contemplados no lote.

Cláusula 2.^a – Duração do contrato

O contrato mantém-se em vigor até esgotado o "*plafond*" do lote, o qual será gasto mediante pedidos faseados (através de Requisição) por parte do serviço de Concursos do Município de Alcobça, com prazo máximo de execução de 12 meses, caso não se esgote inteiramente o *plafond* definido antes desse período, de acordo com os seguintes lotes:

- **LOTE 1 – SUPORTES METÁLICOS COM TAMPAS PARA RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS - até €5.200,00+IVA;**
- **LOTE 2 – PAPELEIRAS COM ESTÉTICA CUIDADA – até €5.000,00+IVA;**
- **LOTE 3 – PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS DE DEJETOS CANINOS ("SANECAN") E CINZEIROS – até €9.995,00+IVA;**
- **LOTE 4 – CONTENTORES PARA O LIXO INDIFERENCIADO, PARA A RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS E PARA A RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – até €9.800,00+IVA; e**
- **LOTE 5 – BANCOS E MESAS PIC-NIC – até €8.000,00+IVA.**

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I -Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 3.^a - Obrigações da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

a) Fornecer os bens de acordo com o estipulado e em conformidade com legislação própria, nomeadamente em matéria ambiental; e

b) Garantir a conformidade e a operacionalidade dos bens entregues, quando aplicável.

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 - São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, marcas registadas ou licenças. E, caso se verifique infração, a entidade adjudicatária terá de indemnizar em todas despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 4.^a – Entrega dos bens

Os bens objeto do presente contrato deverão ser entregues após envio de requisição externa no âmbito do presente fornecimento faseado, de acordo com as condições definidas na cláusula 3.^a do Anexo A deste Caderno de Encargos, com prazo máximo definido de 10 dias úteis após receção da requisição, com o transporte e entrega da responsabilidade do mesmo e montagem/instalação por conta do Município.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 5.^a - Objeto do dever de sigilo

- 1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 - O dever do sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 6.^a – Proteção de dados

- 1 — O artigo 6.º do **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados** indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *"o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados"*, e *"o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito"*.
- 2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
- 3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a **publicitação do contrato**, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 7.^a - Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao adjudicatário o preço de acordo com as condições adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos se necessário, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 - Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 8.^a - Preço base

1 - O preço base global definido para o valor contratual nos termos do artigo 47.º do CCP é de € 37.995,00 + IVA, com preços base por lote indicados na tabela seguinte:

Designação	Preço Base do Lote
LOTE 1 –Suportes metálicos com tampas para recolha seletiva de resíduos	5.200,00 € + IVA
LOTE 2 - Papeleiras com estética cuidada	5.000,00 € + IVA
LOTE 3 - Papeleiras, dispensadores de sacos de dejetos caninos ("sanecan") e cinzeiros	9.995,00 € + IVA
LOTE 4 - Contentores para o lixo indiferenciado, para a recolha seletiva de resíduos e para a recolha de óleos alimentares usados	9.800,00 € + IVA
LOTE 5 - Bancos e mesas pic-nic	8.000,00 € + IVA

Cláusula 9.^a - Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Alcobça nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas, em separado (por lote), após fornecimento dos bens solicitados em regime faseado e devem fazer sempre referência ao n.º de compromisso, processo e requisição externa.

2 — Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a realização do fornecimento objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

Capítulo III – Penalidades contratuais

Cláusula 10ª – Penalidades contratuais

1 - No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \cdot A / 500$$

Em que:

- P: corresponde ao montante da penalidade;
- V: é igual ao valor do fornecimento solicitado; e
- A: é o número de dias em atraso.

2 - A competência para decidir a aplicação da penalidade referida no número anterior é do Presidente da Câmara Municipal de Alcobça.

Cláusula 11.ª – Força Maior

1 - Não podem ser impostas penalidade à entidade adjudicatária, nem é havida com incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargos de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupo de sociedades em que esta se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de uma forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Capítulo IV - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 12.ª - Garantia de cumprimento contratual

O Município de Alcobça procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, em caso de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 13.ª – Seguros

1 – É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo V – Gestão do contrato

Cláusula 14.ª – Supervisão e controlo

- 1 — O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º -A, Sabina Quitério Alves e nas suas faltas e impedimentos, Ana Cristina Antunes Ferreira, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.
- 3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
- 4 — O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 — Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 15.ª – Funções do gestor do contrato

- 1 - O gestor do contrato deve:
 - a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
 - b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;

- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 16.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

- 1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.
- 3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

Cláusula 17.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

- 1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente

contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VII – Resolução do contrato

Cláusula 18.ª - Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.



Cláusula 19.ª - Resolução por parte do adjudicatário

- 1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros
- 2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª – Extinção do Contrato

- 1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pela entidade adjudicatária, nos termos previstos na Parte III do CCP.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 dias úteis.

Capítulo VIII - Disposições finais

Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

Anexo A – CLÁUSULA TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES

Cláusula 1.^a – Características especiais

1 — O objeto do contrato é para fornecimento dos lotes de mobiliário e equipamento urbano em regime de fornecimento continuado, até ao montante total de cada lote.

- LOTE 1 – SUPORTES METÁLICOS COM TAMPAS PARA RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS - até €5.200,00+IVA;
- LOTE 2 – PAPELEIRAS COM ESTÉTICA CUIDADA – até €5.000,00+IVA;
- LOTE 3 – PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS DE DEJETOS CANINOS ("SANECAN") E CINZEIROS – até €9.995,00+IVA;
- LOTE 4 – CONTENTORES PARA O LIXO INDIFERENCIADO, PARA A RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS E PARA A RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – até €9.800,00+IVA;
- LOTE 5 – BANCOS E MESAS PIC-NIC – até €8.000,00+IVA.

2 — Os pedidos serão solicitados em regime faseado mediante requisição por parte do serviço de Concursos do Município de Alcobça.

3 — O prazo máximo de entrega definido para os equipamentos após solicitação é de 10 dias úteis após a receção da requisição externa

4 — A entrega com transporte é por conta do(s) adjudicatário(s) e a montagem/instalação por conta do Município.

5 — O local de entrega definido para os equipamentos é as Oficinas Municipais.

6 — São excluídas as propostas dos concorrentes que não apresentarem preços para todos os equipamentos solicitados do lote a que concorrem.

Cláusula 2.ª – Fornecimento contínuo

- 1 – Cada pedido no âmbito deste contrato, para cada lote, só poderá ser efetuado na sequência de uma requisição prévia *(com a indicação em detalhe: (i) Designação do lote (ii) designação do equipamento; e (iii) quantidade, no qual deverá(ão) ser aplicado(s) o(s) preços contratualizado(s))*.
- 2 – A requisição a que se refere o ponto anterior é efetuada após verificação de enquadramento na dotação/saldo do procedimento. Caso exista saldo, o mesmo originará uma requisição externa associada ao n.º de compromisso deste contrato.
- 3 – A requisição externa a que se refere o ponto anterior é enviada para o adjudicatário, o qual deverá disponibilizar os bens no prazo definido *(máximo permitido de 10 dias úteis)* e demais condições acordadas, sendo obrigatoriamente entregue e mencionado na “*guia de entrega*” o n.º da requisição externa a que diz respeito, menção que também deverá constar na fatura, assim como o n.º de compromisso que será comunicado aquando da notificação da adjudicação.
- 4 – A entidade adjudicante não se responsabiliza por eventuais fornecimentos que não respeitem as condições indicadas nos pontos anteriores.
- 5 - Os encargos com a substituição e devolução dos produtos rejeitados, são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 3.ª – Critérios ambientais

O fornecimento de bens no âmbito do presente procedimento, deve cumprir com as Normas Ambientais e de Qualidade exigidas para o tipo de equipamento, nomeadamente com nula/baixa perigosidade, em termos de manipulação e manutenção.

**Cláusula 4.^a –LOTE 1 – SUPORTES METÁLICOS COM TAMPAS PARA
RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS**

- 1 – Fornecimento, em regime faseado, de suportes metálicos com tampas quadradas de polietileno de alta densidade para recolha seletiva de resíduos – para as praias.
- 2 - Suporte para separação de um até cinco tipo de resíduos, através da fixação de sacos de plásticos.
- 3 - O conjunto é constituído por: um poste, um cesto e uma tampa plástica.
- 4 - Tampa de injeção de polietileno de alta densidade, colorido na massa e com proteção UV, resistente a utilização no exterior.
- 5 - Estrutura metálica soldada, fabricada em aço, com tratamento por galvanização a quente.

Cód.	Designação	Unidade	Ponderação %
1.1	Areal Kit Quadrado com 4 tampas de polietileno de alta densidade (amarelo, verde, azul e castanho) para recolha seletiva de resíduos com base, com prumo de 140	Un.	35%
1.2	Areal Kit simples com 1 tampa quadrada de cor azul de polietileno de alta densidade sem base, com prumo 140	Un.	35%
1.3	Tampa quadrada para suporte de areal de injeção de polietileno de alta densidade de cores: amarelo, azul, verde, ou castanha	Un.	15%
1.4	Acessório: Papeleira areal poste sem base	Un.	10%
1.5	Acessório: Pivot tampa	Un.	5%
			100%

Cláusula 5.^a –LOTE 2 – PAPELEIRAS COM ESTÉTICA CUIDADA

1 – Fornecimento, em regime faseado, de papeleiras que apresentam uma estética cuidada, a partir de um único volume com formas simples e cores identificativas, que valorizam a zona da recolha seletiva nas praias Bandeira Azul, São Martinho do Porto e Paredes da Vitória.

2 - Dispostas em Ilha Ecológica estimulam a deposição seletiva, promovendo as boas práticas.

3 - Composta por dois elementos, o corpo e a tampa, a boca de deposição da papeleira situa-se a baixa altura, facilitando o acesso a qualquer pessoa.

4 - Uniformidade estética:



Cód.	Designação	Unidade	Ponderação %
2.1	Papeleira Castanha Capacidade de 80 litros, fabricada em polietileno de alta densidade rotomoldado, confere-lhe resistência permitindo que se mantenha em perfeito estado ao longo do tempo, e flexibilidade para suportar todo o tipo de esforços	Un	25%
2.2	Papeleira Azul Capacidade de 80 litros, fabricada em polietileno de alta densidade rotomoldado, confere-lhe resistência permitindo que se mantenha em perfeito estado ao longo do tempo, e flexibilidade para suportar todo o tipo de esforços	Un	25%
2.3	Papeleira Verde Capacidade de 80 litros, fabricada em polietileno de alta densidade rotomoldado, confere-lhe resistência permitindo que se mantenha em perfeito estado ao longo do tempo, e flexibilidade para suportar todo o tipo de esforços	Un	25%
2.4	Papeleira Amarela Capacidade de 80 litros, fabricada em polietileno de alta densidade rotomoldado, confere-lhe resistência permitindo que se mantenha em perfeito estado ao longo do tempo, e flexibilidade para suportar todo o tipo de esforços	Un	25%
			100%

Cláusula 6.^a –LOTE 3 – PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS DE DEJETOS CANINOS ("SANECAN") E CINZEIROS

Fornecimento, em regime faseado, de papeleiras, Dispensador de sacos de dejetos caninos ("Sanecans"), Cinzeiros, fabricados em vários materiais- para vários espaços públicos.

Cód.	Designação	Unidade	Ponderação %
3.1	Papeleira em inox, circular basculante. Balde com capacidade para 60L	Un.	10%
3.2	Papeleira em chapa de ferro 2 mm zincada e lacada, semi-circular e basculante, balde com capacidade para 30L	Un.	8%
3.3	Papeleira DIN 50: A tampa e o corpo da papeleira DIN de 50L de capacidade devem ser fabricados mediante o sistema de injeção de polietileno de alta densidade colorido em massa e estabilizado contra a ação combinada da água e dos raios UV, e serem resistentes à intempérie, aos detergentes de lavagem e aos fungos e bactérias. Tampa com uma ampla boca frontal que facilita o depósito dos resíduos e desenhada para evitar a entrada de água	Un.	15%
3.4	Postes para papeleira modelo DIN	Un.	2%
3.5	Papeleira de madeira c/tampa: madeira tratada em autoclave. Parafusaria e ferragens galvanizadas. Com capacidade para 40L	Un.	2%
3.6	Papeleira em metal e madeira: Estrutura em tubo e barra metalizada e lacada. Material madeira. Com balde de plástico com capacidade para 40L	Un.	12%
3.7	Papeleira em chapa zincada de 2mm. Com capacidade para 50L. Com chave	Un.	8%
3.8	Papeleira com cinzeiro em chapa de ferro galvanizada e lacada. Com forma circular e basculante com capacidade para 60L. Cinzeiro com capacidade para 3L	Un.	6%
3.9	Papeleira com cinzeiro em chapa de ferro de 2,5mm de espessura lacada, inclui balde com capacidade para 85L.	Un.	13%
3.10	Cinzeiro para fixar na parede em tubo lacado, Inox 316, com capacidade para 1,35L	Un.	3%
3.11	Cinzeiro para fixar no chão em tubo lacado, Inox 316, com capacidade para 1,35L	Un.	6%
3.12	Dispensador de sacos de dejetos caninos ("Sanecan"): O dispensador deve ser fabricado em chapa de aço I.H.A F-112 com 2 mm de espessura. Contém dois distribuidores de sacos-luvas com uma capacidade unitária de 100 unidades. O corpo do contentor deve dispor no seu interior um saco com 55L de capacidade para recolher o saco-luva com os dejetos caninos	Un.	15%
			100%

**Cláusula 7.^a –LOTE 4 – CONTENTORES PARA O LIXO
INDIFERENCIADO, PARA A RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS E PARA
A RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS**

Fornecimento, em regime faseado, de contentores para o lixo indiferenciado, para a recolha seletiva de resíduos e para a recolha de óleos alimentares usados, fabricados em polietileno - vários espaços públicos.

Cód.	Designação	Unidade	Ponderação %
4.1	Contentor destinado à recolha de óleos alimentares usados (OAU) Contentor equipado com uma boca (protegida por uma tampa) para deposição, sendo os resíduos depositados, direcionados para um depósito (contentor de 2 rodas de 360L), existente no interior do contentor. Esse depósito aquando cheio pode facilmente ser substituído por um vazio ou ser despejado e voltar a coloca-lo no mesmo local. Para recolher o depósito interior o contentor está equipado com uma porta frontal com 3 pontos de fixação, com fechadura individual. Fabricado em polietileno por rotomoldagem, com proteção UV, e possui uma estrutura metálica pintada para reforço da porta frontal. Depósito interior: Contentor de 2 Rodas, em injeção de polietileno de alta densidade colorido na massa e com proteção UV, com capacidade de 360L.	Un.	25%
4.2	Contentor redondo preto de 120L com tampa Material: Polietileno. Contentor cilíndrico com pegas antiderrapantes para um manuseamento simples	Un.	25%
4.3	Contentor de 2 rodas de 360L para recolha seletiva – azul, verde e amarelo Contentor de carga traseira de 2 rodas, fabricado em polietileno injetado de alta densidade, com capacidade de 360L. Polietileno injetado de alta densidade (HPDE) estabilizado contra raios ultravioletas.	Un.	25%
4.4	Contentor de 2 rodas de 240L para recolha seletiva – azul, verde e amarelo Contentor de carga traseira de 2 rodas, fabricado em polietileno injetado de alta densidade, com capacidade de 240L. Polietileno injetado de alta densidade (HPDE) estabilizado contra raios ultravioletas.	Un.	25%
			100%

Cláusula 8.ª –LOTE 5 – BANCOS E MESAS PIC-NIC

Fornecimento, em regime faseado, de Bancos, mesa pic-nic, fabricados em madeira, em madeira e ferro – vários espaços públicos.

Cód.	Designação	Unidade	Ponderação %
5.1	Mesa pic-nic Dimensões (CxLxA): 200x150x75 cm Mesa de madeira tratada em autoclave com bancos incorporados. Parafusaria e ferragens galvanizada.	Un.	25%
5.2	Banco com costas Dimensões (CxLxA): 1800x412x777 mm Chapa em ferro metalizada e lacada. Madeira tropical.	Un.	25%
5.3	Banco com costas Dimensões (CxLxA): 2000x800x800 mm Ferro fundido pintado. Ripas em madeira tropical.	Un.	25%
5.4	Banco com costas Dimensões (CxLxA): 200x40x80 cm Madeira tratada em autoclave, classe de risco IV. Parafusaria e ferragens em aço galvanizado.	Un.	25%
			100,00%